



Campus Académico de Macedo de Cavaleiros
Escola Superior de Educação Jean Piaget/Nordeste

CURSO DE ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL

GESTÃO DE ESPACOS CULTURAIS
E
PATRIMÓNIO HISTÓRICO

ASSOCIATIVISMO DOS PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO:
o caso da ALICE asbl no Luxemburgo

Docente: Professor Doutor Virgílio Tavares

Trabalho realizado por Marlene Galvão

INDICE

Introdução	3
O que é o associativismo?	4
Breve historial	4
O Estado português e o associativismo	6
Caracterização do associativismo nas comunidades portuguesas emigradas	6
De emigrantes de segunda a lusodescendentes de primeira	6
Os primórdios associativos	7
A história recente	8
Associações e poder: difíceis amores	9
O Estado luxemburguês e o associativismo	14
Textos que regem as associações	14
Registo das associações	14
ASTI e CLAE	15
Associações portuguesas no Luxemburgo: caracterização	16
A CCPL	16
A ALICE asbl	18
Caracterização e actividades	18
A ALICE apresenta-se	20
Estatutos (extracto)	21
Corpos gerentes	21
Convocatória Assembleia Geral	22
Relatório do Conselho de Administração	23
Grupo de teatro	24
Participação da ALICE no movimento associativo	24
Quadro resumo das actividades da ALICE	25
Actividades em projecto	26
Bibliografia	27
Anexos - fotografias	28

Introdução

O presente trabalho de investigação insere-se no âmbito da disciplina “Gestão de Espaços Culturais e Património histórico”, na licenciatura em Animação Sociocultural, pelo Instituto Piaget de Macedo de Cavaleiros.

Pretende ser o resultado sintético de um trabalho que é produto de um espaço e um tempo de reflexão e análise do percurso de pesquisa, intervenção e formação em torno do património social e cultural que é o associativismo.

A realização deste trabalho passa pela tentativa de compreender o associativismo em geral, organizar, apoiar e dinamizar as comunidades emigrantes portuguesas em contexto multicultural e intercultural enquanto agentes de mudança e embaixadores de Portugal na nova Europa.

Tento mostrar como o associativismo dos emigrantes evoluiu e se adaptou às novas realidades, reflectindo novos estatutos, novos problemas e novas ambições, mas não alterando o objectivo principal: ser português e mostrá-lo de diversas maneiras. Procuo, pois, dar uma perspectiva da vida das associações no estrangeiro nas suas facetas mais característica

Como o tentam fazer as associações portuguesas do Luxemburgo? Adaptando-se às regras de um país especial pelo seu pequeno tamanho, mas com um modo de vida bem característico e invejado em toda a Europa.

Sendo eu profissional de educação, vivendo e exercendo num espaço escolar povoado de múltiplas situações problemáticas, tentei ligar este trabalho à realidade do meu quotidiano.

Dentro deste tema dou especial atenção ao caso da ALICE (Associação Livre de Intervenção Cívica e Educativa) por ser uma associação da qual sou um dos membros fundadores e na qual estou implicada activamente. A ALICE emerge das regras associativas do Luxemburgo, dos anseios de portugueses que aqui trabalham e das ambições e preferências pessoais de quem se activa numa associação em defesa de uma causa ou de um objectivo.

O que é o associativismo?

Breve historial

A definição etimológica diz que uma associação é a união ou agrupamento de pessoas para determinado fim. O associativismo (não consta em alguns dicionários) designa a ideia geral, um movimento que discute, teoriza e reivindica aspectos próprios para essa ideia de associação: direitos e deveres, legislação, estatuto e papel próprios. O artigo 157º do Código Civil define associação como uma pessoa colectiva de substrato pessoal que não tem por fim a obtenção de lucros para distribuir pelos sócios

O associativismo implica o homem como ser social, ser solidário e ser dependente. Desde que o homem vive em grupo, surge a necessidade de superar as insuficiências, necessidades, dificuldades, ambições, aspirações, individuais, participando.

O associativismo é pois, um movimento social que fomenta a acção colectiva, a organização humana e a criação de associações de pessoas com o objectivo de ultrapassar necessidades cada vez mais difíceis de satisfazer individualmente, numa determinada comunidade.

As primeiras formas de associação terão sido a família, a tribo, o clã. Encontramos formas de associativismo na antiga Grécia (os ginásios, as palestras), em Roma (as organizações profissionais, os clubes de jovens as escolas de gladiadores) e depois em toda a História europeia.

Em Portugal as primeiras associações foram de carácter religioso e de assistência, propagando-se ao longo de toda a história, dando mais tarde origem às Misericórdias, a 1ª das quais fundada em 1498 pela Rainha D. Leonor.

Lurdes Cristo, uma especialista deste tema considera que em termos de direito de associação existiram 4 períodos em Portugal, sendo o primeiro antes de 1910, remontando o reconhecimento do direito de associação à Constituição de 1822. É no século XIX, que o conceito jurídico e social de associação se desenvolve e está na origem de sindicatos, movimentos de cidadãos, partidos políticos, clubes desportivos, etc.

O segundo período - de 1910 a 1926 - iniciou-se com a República. A Constituição de 1911 consagrou a liberdade de associação. Os governos da República procuraram regulamentar e controlar as actividades associativas.

O terceiro período - de 1926 a 1974 – É a época do Estado Novo, claramente restritivo do direito de associação – as associações dependem de autorização estatal. Com a Constituição de 1933 o Estado é protector e promotor das associações. Ao mesmo tempo exerce um controlo muito severo sobre o associativismo, proibindo o funcionamento de muitas associações que previa lhe fossem desfavoráveis e favorecendo as actividades das que lhe pareciam “da situação”.

O quarto período, inicia-se com o 25 de Abril de 1974 e revoga todos os diplomas restritivos do direito de associação e de reunião. Esses direitos foram salvaguardados pela Constituição da República Portuguesa de 1976 (artº 46º e 47º) e regula-se basicamente pelo Dec. Lei nº 549/74 de 7 de Novembro e pela Lei nº124/99 de 30 de Agosto (liberdade de associação de menores). É um período e uma legislação largamente influenciados pelo direito internacional, nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948 e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, de 1986.

O número de associações multiplicou-se, o movimento associativo floresceu atingindo o seu apogeu. Ao mesmo tempo as associações deixaram de se interessar por aspectos gerais e especializaram-se. Distingue-se entre associações sem fins lucrativos e as outras. Predominam as associações de causas humanitárias, culturais e recreativas, e o militante associativo vive um voluntariado activo, muito próximo da militância política.

Esta dinâmica associativa em Portugal, sobretudo nos aspectos sociais e humanitários pode dividir-se cronologicamente em três fases distintas:

A fase de emergência na intervenção, iniciada na década de 70, com o auge na década de 80. Corresponde à consciencialização política dos portugueses na sequência do 25 de Abril, à organização de reivindicações de grupos sociais: retornados, africanos imigrantes em Portugal, ex-militares, moradores, etc. Localizam-se nas áreas metropolitanas, especialmente Lisboa. Justificam-se como uma forma de pressão na ausência de medidas dos poderes oficiais.

Uma fase de impulso da intervenção das associações como agentes de intervenção social e económica. Corresponde aos anos 90, anos de controlo da emigração e da imigração, ou seja, a uma estabilidade da população. Muitos dirigentes profissionalizam-se, as associações apresentam reivindicações políticas, pensam e apresentam projectos a longo prazo, longe da pressão e improvisação inicial.

Uma terceira fase, ou fase de maturação, chega com o reconhecimento formal das associações como agentes de desenvolvimento e integração. As associações mais profissionalizadas consolidam-se e o poder político chega a disputar os seus dirigentes para fazerem parte das suas listas eleitorais ou angariar-lhes o seu apoio.

O Estado português e o associativismo

Para ser reconhecida pelo Estado português qualquer associação sem fins lucrativos deve obedecer a Estatutos. Estes devem ter os seguintes elementos obrigatórios:

- a denominação, o nome
- a finalidade ou os objectivos
- a sede, ou pelo menos uma morada
- os bens ou serviços
- a forma de funcionamento (organização formal, órgãos de gestão, modelos de gestão)
- direitos e obrigações dos associados (número mínimo de associados)
- forma de extinção da associação
- pedido de admissibilidade de denominação (Registo Nacional de Pessoa Colectiva)
- pedido de cartão provisório (feito ao RNPC que atribui um número nacional de pessoa colectiva)
- escritura Pública da Associação em Cartório Notarial e publicação em Diário da República (aquisição de personalidade jurídica)

Caracterização do associativismo nas comunidades portuguesas emigradas

De portugueses de segunda a lusodescendentes de primeira

Quando os emigrantes da geração de 60 vinham de férias a Portugal eram vistos com um certo distanciamento, dado o seu rápido êxito económico. Eram satirizados pela transformação sofrida na linguagem, na aparência e na mentalidade. Eram os *emigras*, os *franciús*, os *avecs*. A opinião pública culpava-os pelos aumentos de preços, pelos desastres de viação, pelas casas estrangeiradas que construía. Os emigrantes sentiam-se estrangeiros em Portugal e no país de acolhimento.

O Estado pouco fazia por eles, além de fechar os olhos, numa nova política que convinha a Salazar, constatando o falhanço das campanhas do trigo. Os funcionários deixavam-se corromper para facilitar exigências burocráticas, a que a administração não sabia responder no espaço do mês de *vacanças*.

Esta primeira geração é uma geração de segunda. Mas são estes homens que lançam as bases, cá e lá, para que as gerações futuras tenham outro estatuto e outro papel. É a geração do emigrar breve, para construir uma casa em Portugal, nunca para ficar. Os filhos acompanham a

família nas férias, observam as condições de vida dos avós, amigos e vizinhos e constataam que se vive melhor nos países de acolhimento, apesar das dificuldades.

A escola pública dá-lhes oportunidades de diplomas, vão nascendo empresas de construção, de comércio, de serviços. O prestígio dos emigrantes vai aumentando, bem como o grau de integração. São pessoas de duas culturas, que vivem conflitos geracionais e culturais com as primeiras gerações. Pretendem de Portugal mais que uma compreensão cínica e uma tolerância cultural. Exigem acordos entre estados, até porque as noções de pátria e de nacionalidade se diluíram ou modificaram desde 1986, com a adesão à CEE (Comunidade Económica Europeia). São os primeiros que se sentem europeus por conveniência.

É neste quadro que as comunidades portuguesas despertam para novas realidades. Os emigrantes são agora tratados de “embaixadores” culturais, e sobretudo, económicos. Aos empresários pede-se sucesso na ligação a Portugal, aparecendo as câmaras de comércio lusofrancesa, lusoluxemburguesa, etc. Procuram-se os jovens com sucesso na escola, na ciência, na música e em todos os ramos de actividade.

Os primórdios associativos

O movimento associativo das comunidades emigradas portuguesas reflecte também estas mudanças de mentalidade. Na Europa as primeiras associações nasceram em França, país para onde os Portugueses emigraram em massa a partir da década de 1960. O fenómeno associativo alargou-se a outros países, variando as características das associações pioneiras com o apoio social que cada Estado ou país de acolhimento dispensava.

Os objectivos e as actividades eram imediatos e muito simples, baseados numa ideia chave: a emigração é provisória, e é necessário estar preparado para regressar em qualquer altura. Com base nessa ideia as associações pediam ao Estado que as acolhia uma sede para jogar cartas, falar de Portugal, comer uns petiscos à portuguesa, ouvir o futebol e as notícias, organizar o serviço religioso, e episodicamente ajudar um ou outro compatriota. Ao Estado português pediam passaportes e a legalização dos clandestinos.

Mais tarde aparecem associações recreativas (desportivas, de folclore) com sede maiores, que ganham dinheiro e alargam a sua influência. Reproduzem Portugal nos seus próprios nomes e nas actividades que desenvolvem. Comemoram as datas festivas de Portugal, convidam cantores portugueses, assistem às cerimónias e cultos religiosos em português.

Os emigrantes em França mantêm uma luta permanente entre conservar ou perder a sua identidade cultural. A segunda geração perde a língua ou deixa-a adulterar muito. As bolsas de

resistência organizam-se em torno das associações, que incluem nas suas reivindicações ao Estado português o ensino da Língua e Cultura Portuguesas. O Estado português satisfaz esse desejo em 1986, repartindo as responsabilidades com algumas associações, muitas vezes criadas para o efeito.

Nos outros países o associativismo seguiu caminhos um pouco diferentes. Os apoios dos Estados belga, luxemburguês, holandês e alemão prestava-se de forma diferente. Os emigrantes portugueses desse países não perdem o uso da Língua Portuguesa, e os estados põem à disposição das associações outros meios. A própria ideia de integração é diferente e como as línguas oficiais desses países não são latinas, a identidade cultural não se confunde. Nestes países, onde os apoios sociais estavam já em prática, os portugueses incluem-se rapidamente em sindicatos e outras organizações laborais.

A dita “comunidade portuguesa” organiza formas de recreio e de cultura que lhe permite manter hábitos e ao mesmo tempo mostrá-los aos outros. Os governantes deslocam-se aos países onde residem portugueses para celebrar o 10 de Junho coadjuvados por ministros desses países.

O passado recente

As permanentes transformações sofridas pelas mais diversas comunidades levam este movimento associativo a evoluir, sendo imperativo o envolvimento das gerações mais novas, já nascidas nos países de acolhimento. “Tal processo de reestruturação e reorganização obriga os nossos dirigentes associativos a repensar muitas das suas estratégias e o próprio Governo a redefinir as suas políticas dirigidas a este sector. Neste sentido, é fundamental encontrar novas ideias que possam abrir novos caminhos e horizontes para um movimento associativo”¹.

O associativismo recente nas comunidades, o das segundas e terceiras gerações, centra a sua atenção em dois grandes domínios:

- Domínio sociopolítico, que se concretiza no apelo à participação da comunidade em acções assentes na informação sobre os direitos e os deveres dos imigrantes, em acções para a sociedade em geral e o Estado em particular, na defesa e representação dos interesses das comunidades, assumindo-se como interlocutores entre a população imigrante e os estados de acolhimento. É o apelo à cidadania, a inscrição nas listas eleitorais, à inscrição nas comissões de escola e dos sindicatos, em movimentos cívicos e humanitários, enfim, a alargar o peso político e social das comunidades.

¹ - Pedido de consulta do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP) ao Conselho Permanente (CP) do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) em 2004.

- Domínio cultural e recreativo, que se traduz na organização de actividades culturais como forma de conservar e transmitir uma identidade cultural, baseado no princípio “todos iguais, todos diferentes”. Frequentemente este domínio articula-se com o domínio educativo, formal e informal. Formal porque exigem a existência de cursos da língua materna, apoiando-se nas directivas comunitárias. Informal porque muitas vezes as associações se candidatam a fundos comunitários para realizarem ateliers para crianças, grupos de dança ou de teatro, de formação profissional, e prestação de outros serviços. Neste domínio recreativo entra a formação de clubes desportivos, principalmente de futebol.

As associações e colectividades portuguesas no estrangeiro, são motores de dinamismo. A sua energia catapulta ideias e objectivos. Agem por convicção, por amor à causa e contribuem para a integração, a socialização e a dinamização das populações. A sua identidade na emigração refere-se, na maior parte das vezes, aos aspectos culturais, políticos e nacionais portugueses.

O movimento associativo das comunidades portuguesas possui uma extraordinária importância federadora e socializadora dos portugueses residentes no estrangeiro, cumprindo importantes funções de índole social, educativa, política, cultural e económica.

Em resumo, são funções das associações:

- promoção da participação política e social dos jovens lusodescendentes.
- promoção do convívio e da vivência em comunidade
- promoção da ocupação dos tempos livres, pelo desporto, o folclore, etc.
- difusão da língua e da cultura portuguesas.
- preservação da identidade, raízes e tradições (locais, regionais ou nacionais)

Associações e poder: difíceis amores

As associações de inspiração portuguesa compreenderam que podiam beneficiar do novo quadro político europeu e nacional e reorganizam-se. Nasceram as grandes associações, como a Cap Magellan, em França, cujas actividades ressoam cá e lá. Os seus dirigentes são tentados pela acção e são agentes políticos das duas nações. As velhas associações sentem-se um pouco ultrapassadas e reagem organizando-se em Federações e Confederações, que se instituem como intermediários e garantes da defesa dos interesses dos cidadãos e dos governos. São exemplos a Confederação da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo e a Confederação da Comunidade Portuguesa em França.

O Estado português reage também a estes novos desafios e legisla. Forma-se o Conselho das Comunidades Portuguesas, espécie de Parlamento dos estrangeirados, com carácter consultivo. É um órgão eleito, substituindo estruturas similares designadas pelos governos portugueses. Em cada país

onde há portugueses organiza-se uma campanha eleitoral, por vezes vazia de sentido e de objectivos, centrada nas personalidades mais conhecidas. Os antigos dirigentes – quase todos comendadores – vêem-se suplantados por dirigentes mais jovens, mais aguerridos, com o sentido exacto dos interesses dos lusodescendentes, expressão muito grata ao poder.

O que os lusodescendentes querem é sentir que estão em casa, quer em Portugal, quer nos países em que residem. Querem ser gente cá e lá: serem ouvidos, terem estatuto, e voto na matéria. Nascem associações de jovens, organizam-se fóruns, simulam-se parlamentos, atribuem-se quotas que furam os *numerus clausus* das universidades, organizam-se cursos específicos de português no verão, promovem-se encontros mediáticos e feiras, festas ou festivais da emigração.

É preciso explorar de forma organizada este manancial pouco exigente e barato, pois nada custa ao país, e por isso mesmo rentabilíssimo. É preciso incentivar este mercado mediático, ainda da saudade, mas já não tanto do pastel de bacalhau, da Sagres, da loiça regional ou da música pimba. A televisão, desde 1993, pela RTPi, deu visibilidade às gentes portuguesas da diáspora. Os programas em directo aproveitam os ídolos já fora de moda para trazerem ao ecrã as pessoas e os problemas das comunidades. Ao mesmo tempo a emigração é objecto de estudo, da literatura, do documentário, a exemplo da série “Ei-los que partem”, de excelente qualidade.

A Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP) exerce, muitas vezes por despachos, a tutela das comunidades espalhadas pelo mundo. Neles os temas mais interessantes são os que se referem à juventude, às associações em geral e à atribuição de subsídios. Os Secretários de Estado não deixam de dar instruções e recomendações e de fazer apelos antes de oferecerem ou concederem os subsídios. Vejam-se alguns exemplos²: “No seio das comunidades portuguesas, a proliferação de iniciativas e de movimentos com carácter associativo tem sido uma característica assaz significativa, que demonstra não só a permanência de um vínculo de pertença cultural mas sobretudo um sinal de integração nos países de acolhimento.”

“Os desafios que a passagem do testemunho às novas gerações coloca... recomendam uma reflexão não só sobre a sustentabilidade das iniciativas e do rigor na atribuição dos diferentes apoios mas também nas condições de angariação de meios, e à construção de sinergias que levem ao reforço das capacidades para intervenção no domínio associativo...”

O apelo à capacidade dos portugueses para compreenderem e ajudarem Portugal na globalização tem sido um dos argumentos mais utilizados pelos Secretários de Estado, quer em visita, quer em artigos e entrevistas em jornais. Apoiam-se as iniciativas no campo da globalização,

² - Despacho n.º 16 155/2005 (2.a série).

de parcerias com organismos dos Estados de acolhimento e as que, mais que reproduzir Portugal, o mostram nas suas facetas mais rentáveis: as belezas turísticas, as facilidades e oportunidades de investimento, a excelência dos produtos. Os apoios a conceder “ao movimento associativo das comunidades portuguesas sustenta-se na avaliação e ponderação por critérios objectivos cujo recorte essencial ressalta do reforço de organização e rigor na avaliação e aplicação dos meios públicos ao serviço do movimento associativo”.

Ao mesmo tempo, para consumo das comunidades portuguesas realça-se que o “ reforço das iniciativas das associações portuguesas no estrangeiro como espaço privilegiado de reprodução dos valores e manifestações intrínsecas ao ser português, assim como espaço criador de novas formas de cultura de base portuguesa no exterior, é condição fundamental numa política de cultura e identidade”.

Depois o Regulamento da Direcção Geral de Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas enumera os objectivos que devem contemplar as iniciativas:

- a) Promover a integração social, escolar, cultural e política dos jovens lusodescendentes;
- b) Reforçar a ligação dos portugueses residentes no estrangeiro à vida social, política, cultural e económica dos países onde residem;
- c) Promover e divulgar a língua e cultura portuguesas no estrangeiro;
- d) Aprofundar o estudo das questões conexas com a emigração e comunidades portuguesas;
- e) Reforçar os laços de solidariedade entre os membros de uma determinada comunidade, nomeadamente com os idosos e carenciados;
- f) Estimular e consolidar os vínculos de pertença à cultura portuguesa.

O movimento associativo responde com uma declaração de princípios muito clara : “ o associativismo, a juventude, as questões culturais e o ensino são assuntos inter-relacionados e tratar um, sem focar os outros, é tarefa quase impossível, atendendo às realidades específicas de determinadas comunidades portuguesas.”³

Depois lembra ao governo que: ”A preservação da cultura e identidade portuguesas visando a defesa da portugalidade e o surgimento de novas formas de cultura e identidades a partir da etnicidade portuguesa, exige um apoio incondicional às actividades do movimento associativo português (associações, federações, movimentos culturais, associações de lusodescendentes, de mulheres, etc.)”.

³ - Citações comunicado do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas na Europa, Paris, 2004.

Tal como o governo, o CCP também se preocupa com os jovens e a sua participação activa na vida da Comunidade. Por isso, o estímulo à participação cívica e à promoção da integração social, económica e política dos jovens lusodescendentes constituirá a principal estratégia para os próximos anos e deve acentuar-se “uma ligação com os lusodescendentes, enquanto factor determinante das relações com as comunidades locais dos países de acolhimento”, pois isso seria uma riqueza importante para Portugal, que ganhará excelentes pontas de lança de promoção cultural, turística e até económica do país.”

O CCP considera que os subsídios atribuídos em 2003, pela DGACCP às associações portuguesas no estrangeiro (cerca de 160.000 euros) são insuficientes para as mais de 4.000 colectividades portuguesas activas nos quatro cantos do mundo. Uma esmagadora maioria delas nunca recebeu qualquer financiamento português. Por isso “Recomendamos ao Governo que não se demita de apoiar o movimento associativo dado que as associações têm um papel pedagógico importante na divulgação da língua e da cultura portuguesas assim como na prevenção da marginalização social, nomeadamente dos jovens, e promoção da sua integração nas estruturas portuguesas.”

Pede verbas para apoiar os projectos e as acções das associações portuguesas no mundo, porque as “verbas exíguas destinadas actualmente ao movimento associativo, constituem uma grande injustiça perante os serviços prestados pelas centenas de milhar de voluntários, exemplares no altruísmo de que dão provas”.

Nas conclusões finais apresentam as seguinte reivindicações e recomendações:

- A aproximação dos jovens ao movimento associativo e à cultura portuguesa.
- Aumento do orçamento de apoio às colectividades e às actividades das Comunidades.
- Apoio às redes associativa e federativa de Portugueses no estrangeiro.
- Reestruturação dos serviços consulares de forma a que ajudem a sociedade civil a organizar actividades e financiamentos nos países de residência.
- Desenvolvimento do ensino de português no estrangeiro.
- Realização de eventos culturais nas Comunidades portuguesas e de intercâmbios culturais entre Portugal e os países de grande emigração.
- Colaboração entre a Secretaria de Estados das Comunidades Portuguesas e os demais Ministérios dando a possibilidade aos Portugueses residentes no estrangeiro de se candidatarem a programas nacionais de apoio.
- Disponibilidade do CCP para trabalhar com as diferentes instituições portuguesas.

Também os jovens de origem portuguesa solicitam que o Governo fomente o associativismo juvenil nas Comunidades Portuguesas:⁴ “Recomendamos ao Governo: que incentive e impulsione a implicação dos jovens nas associações já existentes, ou a criação de associações juvenis.”

Repudiam o intromissão do governo nas associações, mas apoiam a criação de um movimento federativo português no estrangeiro, como forma de diálogo e cooperação inter-associativo. Assim nasceram federações regionais em França e sobretudo federações nacionais na Alemanha, França, Luxemburgo, Holanda, Suécia, Suíça, África do Sul, Brasil, Canadá, etc. E conclui o comunicado: “O movimento federativo, se lhe derem os devidos meios, pode ter um papel importantíssimo a desempenhar”.

Eis os dois primeiros pontos da sua Declaração de Intenções:

“Nós, os Jovens Luso-Descendentes, reunidos em Conselho de Fundadores, vimos pelo presente expressar a nossa firme intenção de:

- Criar uma Comissão Executiva com base no objectivo principal de preservar a Identidade, Património e Cultura Portuguesa no Estrangeiro;
- Modernizar a imagem da Cultura e do Povo Português no Estrangeiro;
- Fomentar a integração do Património Lusófono Africano ao nível da representatividade efectiva;
- Informar, formar e fomentar o Associativismo Juvenil nas diversas Comunidades Portuguesas da diáspora;
- Desenvolver uma forte componente de intercâmbio lusófono ao nível mundial;
- Sensibilizar a Comunicação Social Portuguesa no que diz respeito aos assuntos relativos às Comunidades Portuguesas no Estrangeiro.

À luz do acima referido, desejamos concretamente:

- A intensificação e aperfeiçoamento do ensino da Língua Portuguesa;
- Uma harmonização ao nível Escolar/Académico dos Diplomas, bem como as respectivas equivalências, entre as Comunidades Portuguesas da Diáspora e Portugal;
- Iguais oportunidades no acesso ao mercado de trabalho, através de uma política de incentivo à criação de emprego equilibrada e justa;
- Apoio eficaz aos Jovens Empresários Portugueses na diáspora e melhoria no acesso às oportunidades de negócio em Portugal e nas Comunidades, através do estímulo à organização de fóruns dedicados à criação, organização e gestão de empresas;

⁴ - Declaração do Conselho de Fundadores da Plataforma Mundial de Jovens Lusodescendentes, reunido em Plenário em Almada, a 19 de Outubro de 2003 e assinada pelo Secretário-Geral, Rosa Pires.

- A criação de um sítio de Internet para sistematização da informação, facilitando e promovendo o contacto permanente entre Portugal e as Comunidades Portuguesas;
- Incentivar a Participação na Política dos Jovens Luso-Descendentes, tanto a nível da Política Nacional Portuguesa, como ao nível da Política Local/Regional nos países de Origem;
- Apoio aos jovens interessados em voltar a Portugal, através da criação de uma Comissão Conselheira para prestar apoio jurídico nesta e outras matérias relacionadas;
- Promoção de Encontros Mundiais nos mais variados quadrantes da Cultura, da Música às Artes, do Desporto à Literatura;
- Definir e debater os problemas das Comunidades Portuguesas e dos seus jovens com o Governo Português, numa periodicidade mensal;
- Emitir um Boletim Informativo de Tiragem Mensal/Bimensal, para aumentar o nível do conhecimento da realidade e especificidade das diferentes Comunidades Portuguesas residentes no Estrangeiro.”

O Estado luxemburguês e o associativismo dos imigrantes

Textos que regem as associações

As associações sem fins lucrativos são regidas pela lei modificada de 21 de Abril de 1928 sobre as associações e as fundações sem fins lucrativos. Este texto completa a Decisão Grão-Ducal de 17 de Setembro de 1945 que revê a Lei de 2 de Março de 1900 sobre as organização das associações agrícolas.

O direito e as questões relativas às ASFL são da competência do Ministério da Justiça.

O texto da lei pode ser consultado no sítio www.legilux.lu na rubrica que "cataloga as publicações", depois "Ministère de la Justice", depois "Recueil des lois spéciales" (volume 1).

Registo das associações

A partir de 1 de Fevereiro de 2003, data de entrada em vigor da lei de 19 de Dezembro de 2002, que diz respeito ao registo de comércio e das sociedades, bem como às contas anuais e à contabilidade das empresas, as ASFL serão obrigadas a registarem-se formalmente no registo de comércio e sociedades. Antes dessa data era apenas necessário enviar os Estatutos ao RCS (Registo de Comércio e Sociedades) sem necessidade de inscrição

Uma ASFL é constituída por meio de um acto autêntico (assinatura notarial reconhecida) ou por assinatura não reconhecida. Essa assinatura basta para que os Estatutos sejam recebidos e aceites

no registo. Os Estatutos são arquivados no Registo de Comércio das Sociedades para publicação no Jornal Oficial, o "*Mémorial, Recueil des Sociétés et Associations*".

O gestor do RCS (o agrupamento de interesses económicos constituído com organismos do Estado - RCSL) efectua um controle sumário da requisição de inscrição, no momento de inscrição da ASFL junto do RCS. O Ministério da Justiça efectua um controle completo antes da constituição de uma associação reconhecida como de utilidade pública ou de uma fundação.

O panorama associativo luxemburguês é vasto. No entanto há dois organismos a distinguir pela relação que têm com os problemas dos imigrantes no Luxemburgo. São a ASTI (*Association de soutien aux travailleurs immigrés*) e o *Comité de liaison des associations étrangères* (CLAE).

ASTI e CLAE

Em 1971 surgiu a ASTI que se viria a tornar a associação-guia no combate às condições difíceis dos emigrantes, sem ter em conta a nacionalidade. Muitos portugueses são activos nesta associação. Tem cerca de mil membros, todos activos nos seguintes domínios: escola, refugiados, discriminação, direitos do cidadão, incentivo à inscrição nas listas eleitorais, creche, produção de material didáctico, animação de bairro, etc.

O essencial da associação está na variedade de cores e culturas dos seus membros. Raro é o dia que não há uma festa, um repasto ou uma conferência sobre uma região do mundo estabelecida no Luxemburgo, ou sobre um problema actual que afecta o Luxemburgo.

Foi a ASTI e a União, entre outras, que em 1985 criaram o CLAE. É uma plataforma de diálogo e entendimento das associações de imigrantes, e nessa qualidade interlocutor válido do Governo Luxemburguês em muitas matérias. É subsidiado pelo Governo em acções consideradas de interesse para os cidadãos: a sede, a organização de um Festival da Emigração anual, conferências, debates, etc.

As actividades respeitantes à vida interna do CLAE não são subsidiadas, mas financiadas por fundos próprios, que vêm das cotizações das associações: congresso, assembleias gerais, despesas de manutenção, campanhas anti-racistas, de esclarecimento, enfim, tudo o que tenha carácter político.

Associações portuguesas no Luxemburgo: caracterização

O associativismo português no Luxemburgo remonta ao fim da década de 60 e anos 70. A Misericórdia e as obras sociais da Igreja Católica inspiraram e organizaram as primeiras associações. Como em outros países da Europa os objectivos eram baseados na saudade, na prática religiosa e na solidariedade com os que iam chegando.

Na década de 70 nasceu a União, que chegou a ter mais de 400 membros. Tinham uma sede com o inevitável café, mas forneciam apoio jurídico para os associados, uma biblioteca e tinham objectivos políticos e reivindicativos, quer para o Governo português quer para o Governo Luxemburguês. Foram membros fundadores da ASTI e do CLAE. Ostentam na sua sede sinais de passagem de vários políticos dos dois países

Nos anos seguintes foram nascendo e encerrando diversas associações, muitas delas sem estatutos nem sede, autorizadas apenas pelas comunas (câmaras) que viam uma hipótese de aproveitamento dos espaços que já tinham, e de animação das cidades de que eram burgomestres (presidentes). O 25 de Abril em Portugal é também responsável pelo aumento das associações e das novas reivindicações que apresentam.

Em 1985 havia no Luxemburgo, inscritas na lista de correio do Consulado Geral de Portugal 73 associações, 3 missões católicas, uma Federação de futebol, uma Federação das associações portuguesas do Luxemburgo.

Por temas tínhamos os seguintes números: desportivas: 21; de folclore: 10; de pais ou escolares: 5; regionais: 15; culturais e recreativas: 19; religiosas: 4. Os nomes das associações são a reprodução dos clubes de futebol português ou da região de origem dos membros: Clube Desportivo de Chaves, Benfica do Luxemburgo, Grupo Folclórico “os Minhotos”, etc.

A partir dos anos 90 o governo luxemburguês produz alterações nos formalismos da constituição de associações, obrigando-as a definirem-se com ou sem fins lucrativos. Há um declínio provocado por dois factores: a inclusão do futebol português nas estruturas luxemburguesas e a definição mais clara do que é uma associação sem fins lucrativos. Muitas reestruturam-se outras deixam de existir.

A CCPL (Confederação da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo)

Em 1990 surge a Confederação das Associações Portuguesas no Luxemburgo (CAPL, mais tarde CCPL). É um movimento federador, com objectivos de influência política, que quer reflectir a importância da comunidade portuguesa da época (cerca de 65 000 pessoas) constituindo de longe a nacionalidade estrangeira mais numerosa.

De início tem dificuldade em abrir caminho no associativismo luxemburguês e imigrante, mas a pouco e pouco ganha o seu espaço. As grandes batalhas são sobre os problemas de escolarização das crianças portuguesas, a fraca participação dos portugueses nas actividades cívicas e culturais, a falta de integração das actividades portuguesas e o peso pequeníssimo que esta comunidade tinha nas decisões políticas.

Por outro lado a CCPL ajudou as associações que queriam adequar os Estatutos asbl, participando no esclarecimento e no apoio jurídico. O objectivo era que na altura de eleições ou de debates as associações de inspiração portuguesas pudessem contar, e se possível em unísono.

A CCPL organiza congressos onde se define a linha de orientação da Confederação. As associações escolhem os Corpos gerentes (O Conselho da Confederação), avaliam a anterior direcção e apresentam as reivindicações aos dois Estados. Aliás entre os convidados aos congressos há sempre ministros luxemburgueses (o da Família é que tem a tutela das migrações), deputados dos dois países e personalidades. Eis um extracto dos Estatutos da Confederação:

A CCPL tem por objectivos⁵:

1. Congregar a acção de toda a Comunidade Portuguesa no Luxemburgo no debate, definição e defesa dos seus interesses colectivos;
2. Promover todas as acções convenientes no sentido de uma integração harmoniosa da Comunidade Portuguesa na sociedade luxemburguesa, com plena igualdade de direitos e, nomeadamente, com direito à conservação e desenvolvimento da cultura e língua portuguesas;
3. Constituir-se como interlocutor central porta-voz da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo junto das autoridades luxemburguesas e portuguesas;
4. Favorecer os contactos e a colaboração entre todas as componentes da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo e a sociedade luxemburguesa;
5. Promover a coordenação, a informação, a formação e a ajuda às organizações filiadas no domínio social, cultural, educativo, recreativo e desportivo.

A ALICE asbl

Caracterização e Actividades

A ALICE asbl é composta por cerca de 60 associados. Na lista inicial da sua constituição, em Julho de 2001, estavam 80% de professores de Língua e Cultura Portuguesas colocados no Luxemburgo. A sua criação obedeceu a uma necessidade legal que este grupo profissional sentia. A intervenção que desejavam tinha que ser enquadrada legalmente no quadro da legislação luxemburguesa. Após assembleias várias, principalmente sob os auspícios dos sindicatos, chegou-se

⁵ Extracto dos Estatutos originais.

à conclusão que era necessária uma associação que representasse todas as sensibilidades, sindicais e outras, na defesa da Língua e Cultura Portuguesas.

Logo após a sua criação a ALICE produziu um documento que foi inserido numa recomendação à Câmara dos Deputados do Luxemburgo, apresentada pela CCPL. Depois foram-se estabelecendo parcerias com outras associações e organismos, apontando sempre em duas direcções: o país de origem e o país de acolhimento

Entretanto, e dado que os professores são um grupo muito móvel (alguns ficam apenas 2 ou 3 anos) fez-se a captação de outros membros, oriundos da Comunidade portuguesa do Luxemburgo. Em 2006 os professores são apenas metade da associação, e há alguns estrangeiros que também aderiram.



Nos primeiros anos a direcção da associação procura fidelizar os associados através do Grupo Coral, que interveio em escolas, associações, comunas (câmaras) e até ao ar livre, em animações de rua. Organizaram-se festas temáticas: Santos populares, com sardinhada e um concurso de quadras, Ceia de Natal, S. Martinho, para citar apenas estas. São festas de carácter obrigatório, bem como uma festa anual de convívio entre os membros. A organização é simples: cada um traz um petisco e para os menos dotados nas artes culinários basta trazer uma bebida, de preferência da sua região de origem. Animaram-se noites de poesia e gastronomia: destacando-se um sarau brasileiro.

A ALICE teve a sorte de um dos associados colocar à sua disposição um espaço privilegiado: um moinho do século XVII, onde se realizam as festas destinadas apenas aos membros: confecção de alheiras e de folares com degustação, antestreias do Grupo de teatro, festa / convívio anual, ... À volta destes temas há sempre uma actividade de recolha, amostragem e realização de actividades culturais.

Cantar os reis é também uma obrigações e prazeres da associação grupo prepara-se com trajes de Inverno e contacta instituições interessadas em ouvir. Já aconteceu na Embaixada de Portugal e nas três agências que a Caixa Geral de Depósitos tem no Luxemburgo. Também acontece ao acaso, em casa de membros ou na rua.



No campo cívico a ALICE ligou-se a grupos que militam pelos direitos de cidadania dos emigrantes. Participou e animou campanhas de inscrição nas listas eleitorais, em grupos de reflexão sobre a SIDA e a forma de chegar aos grupos portugueses, sobre a organização do associativismo estrangeiro no Grão-Ducado.

Organizou campanhas de solidariedade/ uma com Timor, tendo recolhido dinheiro e material didáctico que se entregou a uma associação timorense. Outra consistiu numa recolha de brinquedos para um jardim infantil em Portugal.

Conforme a disponibilidade dos membros e a oportunidade a ALICE organiza conferências, debates e mesas redondas. Alguns temas desenvolvidos por pessoal da casa: “O 5 de Outubro”, por Artur Pimentel e Guilherme do Nascimento, “Os Direitos dos emigrantes à luz da Constituição Portuguesa”, por Manuel Baptista, um eminente jurista associado da ALICE.

Um dos grupos de reflexão mais importantes é o grupo “Escola”. Este grupo preocupa-se com as condições de ensino da Língua e Cultura Portuguesa. São seus parceiros privilegiados o Estado Português, através da Coordenação de Ensino, a CCPL, as associações de pais e as escolas. Mas preocupa-se também com a escolaridade dos alunos de origem portuguesa no Luxemburgo. Reúne com outras associações um grupo que se denomina “Pôle pour une école démocratique”, que faz estudos, conferências, conferências de imprensa e propostas ao Ministério da Educação luxemburguês.

A entrevista seguinte, publicada no “Correio⁶”, em Setembro de 2004, concedida pelo presidente da ALICE, mostra com algum pormenor os objectivos e o modo de funcionar desta associação.

Doc. 1 - A ALICE apresenta-se

- Quem é a Alice?

-A Alice nasceu em 2001, por iniciativa dos professores de Língua e Cultura Portuguesas no Luxemburgo. A maioria dos seus associados são professores, mas pode ser sócio quem defender os princípios enumerados no título e nos estatutos da ALICE.

⁶ Jornal quinzenal publicado no Luxemburgo, com a tiragem de 15 000 exemplares.

- ALICE é um nome curioso para uma associação. O que significa? Como foi escolhido?

- A sigla significa Associação Livre de Intervenção Cívica e Educativa. Foi escolhido porque é fácil de fixar e tem reminiscências positivas, por ser um nome feminino e remeter para o maravilhoso: Alice no País das Maravilhas...

-Quando nasceu esta associação? E para quê?

-Nasceu em 2001. Na base esteve a necessidade que os professores portugueses tinham de um organismo que lhes permitisse dar opiniões e ter voz em assuntos de educação e ensino no Luxemburgo, com todos os direitos e deveres que a legislação deste país dá às associações sem fins lucrativos.

-Então para ser sócio é preciso ser professor?

- Não, não. Há muitos professores, mas é uma associação aberta à participação de quem quiser, desde que respeite os Estatutos. Temos sócios que não são professores em cargos de direcção.

- E quais são as principais actividades?

- Muitas, umas regulares e cíclicas e outras mais espaçadas e episódicas. Desde o início que os associados quiseram uma associação que organizasse actividades para o seu bem estar e prazer. A partir desse princípio organizámos um grupo coral com ensaios todas as quintas-feiras, um grupo de teatro que até já actuou na Alemanha, na França, para além do Luxemburgo, claro. Temos o hábito de passear em sítios onde há belas paisagens ou sítios interessantes. No ano passado passeámos na neve, com 14 graus negativos, ou fomos às margens do rio Mousel visitando as vinhas.

Outra actividade são as célebres kulturatas: Já fomos a Redu, a aldeia do livro, às minas de Rumelange, ao museu da cerâmica, a um campo de concentração, em Thill. Estas duas actividades têm sempre uma componente gastronómica, descobrindo sabores raros ou particularmente raros.

E depois há as festas: o Carnaval, o magusto e o S. Pedro são obrigatórias, com música, dança e petiscos que cada um prepara, conforme a sua disposição e inspiração. Para a realização destes convívios agradecemos à Beatriz e ao Manuel Baptista as instalações do "Moinho", sem as quais seria muito difícil a sua realização. O nosso bem hajam.

Na festa final, normalmente em Junho/Julho mostramos as nossas actividades com uma exposição de fotografias, uma peça de teatro e a actuação do coro. Todas estas actividades são abertas, e pouco caras. trata-se de conviver e alargar o espaço de convívio. Já fomos a escolas cantar com as crianças, Já cantámos em associações, enfim sempre que solicitados. Uma experiência engraçada, e para muitos inédita foi cantar os Reis na Embaixada de Portugal. E é bom não esquecer os saraus de poesia. Temos visto despontar grandes talentos...

- Parece que se divertem. É esse o principal objectivo?

- É um dos objectivos, claro. Mas os nossos Estatutos permitem-nos também entrar no campo social. No Nosso nome está a palavra intervenção, que procuramos seja a nossa motivação. Por vezes o que limita a nossa actividade é a falta de tempo. Já organizámos debates eleitorais, e temos representantes em outras estruturas associativas. Também divulgamos junto dos associados actividades susceptíveis de despertar interesse.

- Quais são as principais dificuldades da Associação?

- É o espaço para podermos ensaiar e reunir. Até agora andamos em casas emprestadas ou a pagar uma pequena quantia. Não temos sede e ainda não pedimos subsídios a ninguém. Mas devemos começar a fazê-lo se quisermos alargar as nossas actividades.

Doc. 2- Extracto dos Estatutos:

Artigo 1º A associação denomina-se "Associação Livre de Intervenção Cívica e Educativa", associação sem fins lucrativos, abreviado "ALICE asbl". A sede é no Luxemburgo.

Artigo 2º A associação tem por objectivos: - promover trocas culturais e recreativas, no respeito da diferença e da afirmação da identidade de cada um; - debater problemas da educação e da escolarização, fâvorecendo o sucesso escolar, a integração e o bem-estar de cada um; - laborar pela educação, desenvolvimento, cooperação, solidariedade e entendimento entre os povos; - dinamizar a participação cívica dos cidadãos; - colaborar com outras associações do mesmo género.

Corpos Gerentes

São Corpos gerentes da Alice, obrigatórios estatutariamente, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal. A Mesa da Assembleia é um órgão facultativo.

A Assembleia Geral reúne uma vez por ano e fixa as actividades da associação, aprova os orçamentos e actividades, apresentados em relatório escrito e distribuído por todos os associados. Estatutariamente decide também da extinção da associação

O Conselho de Administração dirige e organiza as actividades da Alice. Reúne uma vez por mês e também por grupos de trabalho. É responsável perante os associados dos destinos e gestão do colectivo.

O Conselho Fiscal acompanha as actividades financeiras da associação e aconselha a tesoureira e a associação na gestão financeira.

A filosofia da ALICE é ocupar regularmente os associados em actividades dirigidas para eles. Há actividades fixas: o grupo coral, o grupo de teatro, as festas... Outras são episódicas e decorrem da colaboração com outras associações ou entidades :campanhas de solidariedade , reflexão e acção sobre o Ensino, a SIDA, colaboração na definição e organização do movimento associativo, sobretudo de cariz português. Cada membro do Conselho de Administração deve obrigatoriamente estar ligado a uma actividade e relatar nas reuniões de Direcção sobre o andamento, as dificuldades e os êxitos dessa actividade específica. A esse membro cabe animar e cooptar pessoas para a levar a bom termo a actividade.

Doc. 3 - Convocatória para a Assembleia Geral e convite para a festa

Assembleia Geral e eleição dos corpos sociais da ALICE

**dia 19 de Fevereiro 2006, às 10h (Domingo) na OGBL - Luxemburgo
Seguida de um almoço:**

**Local: Moinho da Beatriz & Manuel Turpange - Bélgica
Início: 13h30**

**Menu: coelho à ceifeira / batatas cozidas
Inscrição: 7 euros**

2º momento / Cultural

- O Grupo de Teatro (às 15 horas) actuará com as peças: "A roda dos alimentos" e "Vozes dos animais".
- O Grupo Coral animará, como vem sendo hábito, com as suas canções.

**Observação: cada conviva deve levar uma bebida e/ou sobremesa.
Confirmar por email lemons@pt.lu ou telemóvel 00352 021 670 576 / 021627200.**

Só se aceitam inscrições até 15 de Fevereiro.

Doc. 4: Relatório do Conselho de Administração

No dia 13 de Março de 2006 reuniu o Conselho de Administração da ALICE asbl, faltando apenas um elemento, sob a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Eleição da Direcção;
2. Distribuição da responsabilidade das Actividades pela Direcção;

3. Outros assuntos.

1. Eleição da Direcção : Após votação por unanimidade os cargos da Direcção foram assim distribuídos:

Jorge Leonel Lemos – Presidente
Maria José Inácio – Vice-Presidente
Maria Beatriz Baptista – Tesoureira
Guilherme do Nascimento – Secretário
Alexandre Nicolau Severino – Vogal
Artur Vaz Pimentel – Vogal
Emília Feliz Guedes – Vogal
Esperança do Céu Peixinho – Vogal
Joaquim Prazeres – Vogal
José Paulo Vaz - Vogal
Manuel Baptista – Vogal
Maria da Conceição Nunes – Vogal



2. Actividades programadas e responsáveis

Pôle pour une école démocratique – Artur Pimentel (acompanhamento)
Noites temáticas (poesia, gastronomia, etc) – Manuel Baptista e José Paulo Vaz
Concurso de fotografia – Esperança Peixinho e J. Prazeres
Cantos das Migrações – Manuel Baptista, Maria José Inácio e Guilherme Galvão
Festas temáticas – Noite Madeirense José P. Vaz e Manuel Baptista
– *Santos Populares*. Alexandre, Beatriz e Manuel Baptista, Conceição Nunes, Maria José (1.07.2006).
Grupo Coral – Guilherme do Nascimento.
Grupo de Teatro – Maria da Conceição Nunes. (acompanhamento)
Passeata pelo Grund e Bock (12 .05.06) – Marlene Galvão
Passeata pelo Mulerthal (13 .05.06) – Marlene Galvão
Convívio no Moinho (13.05.06) – Beatriz, Marlene, Manuel, Guilherme e outros
Recolha de brinquedos para solidariedade – Joaquim Prazeres
Internet: Jorge Lemos

3. Outros assuntos

- Decisões:
- Enviar o relatório desta reunião a todos os associados; (mail e correio)
 - Submeter pedidos de subsídios de algumas actividades à DGACCP;
 - Adquirir material de escritório, livros de actas e arquivos;

Nota: As actividades de 12 e 13 de Maio foram organizadas no âmbito de uma colaboração pedida pela associada Marlene Galvão, com o Instituto Piaget de Macedo de Cavaleiros. Foi enviada informação a todos os associados. As actividades desenrolaram-se com êxito e agrado. O CA da ALICE tinha reunido em 8 de Maio para as preparar.

Luxemburgo, 15 de Maio de 2006.

O Secretário

Doc. 5 – Actividades do Grupo de teatro

TEATRO

GATEPL (Grupo Amador de Teatro Português no Luxemburgo)

ALICE asbl, é um dos apoiantes deste grupo.

Encenador e responsável: Carlos Vicente.

Se tens vontade de experimentar os teus dotes artísticos junta-te ao grupo, contacta a ALICE ou o responsável do GATEPL.

O GATEPL precisa da colaboração de voluntários: -para actores; -técnicos de som e de luz; -um responsável para efectuar contactos e organizar a agenda de espectáculos; - sala com palco para ensaios; - e claro, mais apoio financeiro.

Actores do Auto da Barca do Inferno: Alberto Cordeiro, Ana M. da Costa Pereira, Cristina Pires, Elisabete Simões, Fernando Mineiro, Hermínio Simões, Isabel Madeira, Isabel Pardal, José Loureiro, José Teixeira, Zulmira Rodrigues.

Seleccção musical: Ana M. da Costa Pereira e Cristina Pires.

O GATEPL apresentou em vários locais a peça "Auto da Barca do Inferno" de Gil Vicente.

10-06-2005, às 21 h foi representada no Centro Cultural em Hollerich Luxemburgo.

E no dia 18-06-2005 em Ettelbruck, a convite da Associação de pais desta cidade.

03-07-2005, a peça foi representada na festa de fim de ano escolar e de entrega de certificados aos alunos dos 9º e 12º anos, na presença de numeroso público, na cidade do Luxemburgo, terminando, assim, a época de Verão.

Está prevista uma representação em Colónia, Alemanha, no dia 30 de Outubro de 2005

Participação da ALICE no movimento associativo

Associações e organismos com quem a ALICE tem parcerias e acordos de trabalho:

1 **Pôle pour une école démocratique** agrupa: 7 federações que cobrem todo o universo escolar não governamental.

°ALICE, association libre d'intervention civique et éducative

°ASTI, association de soutien aux travailleurs immigrés

°CCPL, confédération de la communauté portugaise au luxembourg

°CGJL, conférence générale de la jeunesse luxembourgeoise

°FAPEL, fédération des associations de parents d'élèves du luxembourg

°SPE/FENPROF, syndicat des professeurs portugais

°SEW-OGBL, syndicat éducation et sciences.

2. Membro do CLAE

3. Membro da CCPL - Grupo Escola da CCPL

4. Entente AIDSBERODUNG - Luta contra o SIDA

5. Festival das Migrações : stand e animação, leituras em Português

Quadro resumo das actividades da ALICE

ACTIVIDADE	DESENVOLVIMENTO
<p>Conferências: Os direitos dos emigrantes à luz da Constituição; O 5 de Outubro de 1910</p>	<p>Iniciativa e trabalho de membros da associação Público português (PT)</p>
<p>Debates e mesas redondas: O ensino da LCP O associativismo O Conselho das Comunidades Portuguesas (eleições)</p>	<p>Rádios Latina, Amizade, RTL Em PT ou francês ALICE</p>
<p>Campanha inscrição nas listas eleitorais: eleições locais e para a Assembleia da República Campanha SIDA, com a Aidesberodung Solidariedade com Timor Solidariedade com um jardim escola em Portugal</p>	<p>Em diversas associações e câmaras PT e francês Dirigida a grupos de portugueses toxicodependentes Recolha de fundos e material escolar Recolha de brinquedos e material escolar</p>
<p>Kulturatas: Redu, a aldeia do livro Han-sur-Lesse: grutas e parque Museu da resistência em Thill Museu des Emaux (cerâmica) em Longwy Waterloo, Bélgica Museu da II Guerra, Verdun Museu das Minas, Rumelange Passeio de barco, rio Mosela Estudo e recolha de cogumelos. Confeção de refeições</p>	<p>Kulturatas são visitas a lugares com interesse cultural na região (Luxemburgo e arredores). Ocupam uma manhã ou uma tarde e exigem uma pequena organização: carros próprios, almoço em conjunto, pequenas actividades: colheita de cogumelos, maçãs e outros frutos e elaboração de pratos.</p>
<p>Festas temáticas do calendário: Carnaval, Natal, S. Martinho, Santos populares</p>	<p>Celebrar uma data com as tradições próprias: pratos, usos, costumes, recolha de literatura e realização de exposições ou saraus</p>
<p>Saraus temáticos: Noite brasileira Festa anual da ALICE</p>	<p>Escolha de um tema, recolha e exposição de informações sobre o tema escolhido. Na festa da ALICE organizam-se jogos</p>

Noite madeirense	tradicionalis e de convívio e há um diaporama sobre az actividades do ano.
Visita a associações: A. de Pais de Ettelbruck, a. 25 de Abril, CLAE, ASTI, CCPL, Jovens, escolas e cursos de Português	Animação de actividades, sobretudo canções e jogos infantis.
Grupo de Teatro – GATEPL Actuações no Luxemburgo, na Bélgica, na Alemanha e na França. Parceria entre a ALICE, A. Pais do Luxemburgo e NEPL.	Composto por aluno dos cursos de PT, professores e Pais. Peças adaptadas de Gil Vicente e números de revista, sobre a situação local
Grupo Coral: Mais de 30 actuações em 5 anos: associações, cursos de português, cerimónias oficiais (portuguesas e luxemburguesas) festivais, salão do livro, animação de rua, janeiras.	Repertório de música popular, quase toda portuguesa. Cantores de várias nacionalidades. 24 elementos entre vozes e instrumentos. Até agora tem funcionado sem subsídios.
Associativismo: Congressos do Clae, da CCPL e Commissariat aux étrangers. Parcerias: ASTI, CCPL, A. de Pais, AA do 25 de Abril.	A ALICE participa activamente na organização do movimento associativo, sendo contribuinte das federações.

Actividades em projecto - Dinamizar mais e melhor

Actividades propostas ou a propor para 2006/2007, que ainda não estão totalmente asseguradas por uma ou outra razão:

- Ateliers de pintura para animação infantil – em actividades pontuais ou a pedido
- Oficina de teatro(detecção e adesão de possíveis talentos).
- Dinamizar a leitura de contos tradicionais através de concursos nas rádios locais.
- Clubes infantis ou juvenis em articulação com os cursos de Língua e Cultura Portuguesas.
- Para estrangeiros : cursos de Português, convites e publicitação de actividades portuguesas de interesse, quer no Instituto Camões, quer em iniciativas governamentais ou associativas..
- Recolha e publicação de literatura sobre a emigração dos portugueses para o Luxemburgo. Quatro fases: campanha de publicidade, relatos ao vivo com os interessados, gravação e escrita, publicação.

Bibliografia

Albino Cordeiro, “A Comunidade portuguesa em França”, in *Encontro*, Julho de 1998.

Jorge Carvalho Arroiteia:

A Emigração Portuguesa – suas origens e distribuição, Lisboa, ICLP, 1983.

Atlas da emigração portuguesa, Porto, SECP, 1985.

A Emigração Portuguesa no Grão-Ducado do Luxemburgo, SECP, 1986.

Emigração - a segunda geração de emigrantes: perspectivas de integração e de mobilidade social numa comunidade rural. Monte Redondo, Museu do Casal de Monte Redondo, 1999, 63 pp.

(Cadernos do Património, nº 6).

Mayone Dias

- Artigos de opinião, in PT em Linha.

- *Falares emigreses*, ICALP, Lisboa, 1989.

- *Portugal na América*, 2.^a, Peregrinação Publications, Los Angeles, 1999.

Victor Mendes

Como Constituir uma Associação, 2.^a ed., Livpsi, sd.

Legislação sobre associações, 3.^a ed., sd.

Despacho n.º 16 155/2005 (2.a série), do Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

Plano de Actividades da Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, 2003.

Recomendação do Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas, 2004.

Comunicado do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas na Europa, 2004.

Declaração da Plataforma Mundial de Jovens lusófonos e lusodescendentes.

Arquivo da ALICE asbl.

Brochuras do Ministère de la Justice, Luxembourg.

ANEXOS - FOTOGRAFIAS